



INSTITUTO FEDERAL DE CIÊNCIA E TECNOLOGIA DE PERNAMBUCO
CAMPUS RECIFE
CURSO: GESTÃO DE TURISMO

JOSUÉ DE ASSIS QUEIROZ

**A IMPORTÂNCIA DO ECOTURISMO NA PROMOÇÃO
DA QUALIDADE DE VIDA NA TERCEIRA IDADE**

Recife
2024

JOSUÉ DE ASSIS QUEIROZ

**A IMPORTÂNCIA DO ECOTURISMO NA PROMOÇÃO
DA QUALIDADE DE VIDA NA TERCEIRA IDADE**

Monografia de conclusão de curso apresentada ao Departamento de Pós-Graduação em Gestão de Turismo do Instituto Federal de Ciência e Tecnologia de Pernambuco, como requisito para obtenção de conclusão.

Orientador: Prof. Thales Ramon de Queiroz Bezerra

Recife

2024

Q3i
2024 Queiroz, Josué de Assis

A importância do ecoturismo na promoção da qualidade de vida na terceira idade ./
Josué de Assis. -- Recife: O autor, 2024.
45f. il.

Trabalho de (Curso Superior Tecnológico em Gestão de Turismo) – Instituto Federal
de Pernambuco, 2024.

Inclui Referências.

Orientador: Thales Ramon Bezerra Queiroz

1. Turismo. 2. Ecoturismo. 3. Meio Ambiente. I. Título. II. Queiroz, Thales Ramon
Bezerra (orientador). III. Instituto Federal de Pernambuco.

CDD 338.4791 (21ed.)

A IMPORTÂNCIA DO ECOTURISMO NA PROMOÇÃO DA QUALIDADE DE VIDA NA TERCEIRA IDADE

Monografia submetida ao corpo docente do Curso de Gestão de Turismo, promovida pelo Instituto Federal de Ciência e Tecnologia de Pernambuco, aprovada em: _____/_____/_____.

Banca Examinadora:

Professor - Orientador: Thales Ramon de Queiroz Bezerra

Examinadora Externa: Ma. Pamela Laís Arruda Nóbrega

Examinadora Interna: Prof. André Luís José da Silva

Recife

2024

Dedico este trabalho a Deus, aos meus pais, a minha esposa e familiares, aos meus amigos e aos meus professores e educadores em geral.

AGRADECIMENTOS

Agradeço a Deus por todas as bênçãos que Ele tem me proporcionado.

Agradeço aos meus estimados e amados pais por todo carinho, atenção, ensinamentos e amor que sempre me deram.

A minha querida e amada esposa por todo o seu amor, carinho e companheirismo de sempre.

A minha família, por me fazer compreender que a união e a presença dos entes queridos são fundamentais para qualquer ser humano.

Aos amigos por suas preciosas amizades.

E, por fim, aos meus professores e educadores, pelos ensinamentos a mim prestados.

Se você acha que aventuras são perigosas, tente a rotina. É letal.

Paulo Coelho

RESUMO

Este trabalho teve como objetivo, através de pesquisa bibliográfica, analisar a importância do Ecoturismo na Promoção da Qualidade de Vida na Terceira Idade. Nesse contexto, os dados demonstram que as pessoas estão vivendo por mais tempo e a perspectiva é de que vivam cada vez mais, visto que o envelhecimento populacional está ocorrendo no mundo todo; e no Brasil, não seria diferente. Nesses termos, o envelhecimento no Brasil vem, ao longo dos anos, gerando diversos debates e redirecionando atenções. A reflexão sobre o envelhecimento dimana em assuntos como a qualidade de vida da pessoa idosa; a longevidade; as políticas públicas respaldadas no Estatuto do Idoso, exclusivas para essa etapa da vida; reintegração social da pessoa idosa; saúde; lazer; segurança e várias outras questões inseridas nessa temática. Seguindo essa linha, observa-se que a importância do ecoturismo para o idoso, objeto de estudo desse trabalho, como diversão, lazer, proximidade com o meio ambiente constituem atividades benéficas para a sociabilidade da pessoa idosa, visto que também estabelece a promoção da interação entre povos de diferentes culturas, costumes, religiões, gêneros, etnias e raças. Dessa forma, conclui-se que a qualidade de vida para o público de terceira idade está associada ao seu bem-estar físico e mental, onde o ecoturismo, ou turismo ecológico, traz benefícios enormes e importantes para este público.

Palavras-Chave: ecoturismo; meio ambiente; terceira idade.

ABSTRACT

This work aimed, through bibliographic research, to analyze the Importance of Ecotourism in Promoting Quality of Life in Old Age. In this context, the data shows that people are living longer and the outlook is that they will live longer and longer, given that population aging is occurring all over the world; and in Brazil, it would be no different. In these terms, aging in Brazil has, over the years, generated several debates and redirected attention. Reflections on aging arise from issues such as the quality of life of the elderly; longevity; public policies supported by the Elderly Statute, exclusive to this stage of life; social reintegration of the elderly; health; leisure; security and several other issues included in this theme. Following this line, it is observed that the importance of ecotourism for the elderly, the object of study of this work, as fun, leisure, proximity to the environment constitute activities that are beneficial for the sociability of the elderly, since it also establishes the promotion of interaction between people of different cultures, customs, religions, genders, ethnicities and races. Thus, it is concluded that the quality of life for the elderly is associated with their physical and mental well-being, where ecotourism, or ecological tourism, brings enormous and important benefits to this audience.

Keywords: ecotourism; environment; third age.

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO.....	10
1 A TERCEIRA IDADE	13
1.1 Conceito de envelhecimento.....	13
1.2 Estatuto do idoso.....	15
1.3 Idoso versus sociedade.....	18
2 O ECOTURISMO.....	21
2.1 Conceito de ecoturismo.....	21
2.2 O ecoturismo e o desenvolvimento sustentável.....	23
2.3 Planejamento adequado para a sustentabilidade do ecoturismo.....	27
3 A IMPORTÂNCIA DO ECOTURISMO NA PROMOÇÃO DA QUALIDADE DE VIDA NA TERCEIRA IDADE.....	30
3.1 Qualidade de vida na terceira idade.....	30
3.2 A prática do lazer em áreas naturais pelos idosos.....	32
3.3 A importância do ecoturismo à qualidade de vida na terceira idade.....	35
4 METODOLOGIA.....	39
CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	40
REFERÊNCIAS.....	42

INTRODUÇÃO

Tem-se conhecimento de que uma das melhores conquistas do ser humano foi aumentar os anos de vida, além de uma melhoria na saúde da pessoa idosa, ainda que essas conquistas não sejam cem por cento ideais. Alcançar à velhice, que outrora era privilégio de uma pequena parcela de pessoas, atualmente é comum, ainda que em países subdesenvolvidos. Contudo, esta conquista se transformou em um dos enormes desafios para o século XXI. Isto é, o de como vincular a qualidade de vida a esses anos adicionais.

De acordo com a Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD), características dos moradores e domicílios, noticiados pelo IBGE (2018) entre os anos de 2012 e 2017, a população idosa no Brasil aumentou em 4,8 milhões. Este aumento de idosos cresceu em 18% o grupo etário, ao qual tem se tornado cada vez mais expressivo no país, ultrapassando a marca dos 30,2 milhões em 2017. As mulheres são a maioria significativa no grupo, com 16,9 milhões (56% dos idosos), ao passo que os homens são 13,3 milhões (44% dos idosos).

Apesar desse aumento, Camarano, Beltrão e Kansos (2004) asseveram que o envelhecimento da população não se limita somente ao contingente de pessoas que chegam aos 60 anos. Porém, existe aumento na proporção da população mais idosa, de 80 anos e mais, mudando a composição etária no próprio grupo. Isto quer dizer que, a população avaliada como idosa igualmente está envelhecendo.

Diante dessa realidade, observa-se que a demanda de serviços para essas pessoas cresceu bastante e cabe em geral aos idosos que conquistaram uma aposentadoria, estando mais tranquilos no que se refere à questão financeira. Por conseguinte, o turismo para idosos igualmente acompanhou esse crescimento, uma vez que as características da população são indivíduos que têm mais tempo disponível, um pouco mais de condições, quase nenhuma atividade, menos rede de relacionamentos e que procuram nesses lugares novos relacionamentos em geral, além de resgatarem a autoestima, sentirem-se úteis, vivos e, para alguns deles, resgatar a própria identidade.

Sendo posto, o turismo precisa ser compreendido como direito fundamental do idoso, evidenciando-se como importante componente na construção de uma melhor qualidade de vida desse segmento que, ao participar das atividades

recomendadas nos roteiros turísticos, melhora sua sociabilidade e relacionamento diante das situações do dia a dia.

Nessa esteira, o ecoturismo, ou turismo ecológico, visto como um segmento do turismo, tem despertado interesse dessa população. Realmente, os idosos buscam mais contato com a natureza como um lazer benéfico para a sua saúde física e mental.

Ademais, ao promover um maior contato da pessoa com a natureza e com seus habitantes, o ecoturismo sensibiliza e conscientiza no que se refere à importância da preservação e da conservação do meio ambiente. Nesse processo, passam a valorizar as tradições culturais, através de práticas e atitudes sustentáveis. De uma estratégia importante de proteção ambiental.

Nessa acepção, pertinente fazer o seguinte questionamento, constituindo o problema da pesquisa: porque a prática do ecoturismo é importante para a terceira idade?

Destaca-se, portanto, que o público da terceira idade busca no ecoturismo o contato com a natureza, pois esta traz benefício para a saúde física e mental do idoso, na perspectiva de vivenciar a liberdade, a calma proporcionada pela natureza, favorecimento para novas descobertas e aprendizagem e o desejo de desfrutar a vida e as belezas que o meio ambiente tem e oferece. Ademais, o ecoturismo volta-se à interação das pessoas com o meio ambiente de forma consciente.

Desse modo, este trabalho tem como objetivo geral: analisar a importância da prática do ecoturismo para a terceira idade. E os objetivos específicos são: investigar a qualidade de vida para os idosos; examinar a importância do ecoturismo para a terceira idade.

Nesse sentido, justifica-se a realização deste trabalho ao fato de que, como assevera Barbosa (2003), o Brasil mostra-se como um dos países com grande potencialidade para práticas de atividades relacionadas ao ecoturismo. Porquanto, esta é a atividade que se torna cada dia mais relevante dentro do contexto de desenvolvimento sustentável.

Assim sendo, é pertinente um olhar mais atento sobre a questão da sustentabilidade promovida pelo ecoturismo, onde as políticas públicas podem elaborar ações que não apenas incentivem esta atividade, como ainda as tornem cada vez mais praticadas pelas pessoas, sobretudo para o público da terceira idade.

Posto isto, procura-se apresentar a importância do ecoturismo para as pessoas da melhor idade, visto que este tipo de turismo está crescendo bastante no Brasil em virtude dos idosos buscarem uma melhor qualidade de vida associando o lazer com a natureza.

No entanto, cabe ressaltar que o ecoturismo, como um modo de turismo sustentável, mais do que qualquer configuração turística, depende da qualidade ambiental e social, sendo imprescindíveis cuidados significativos para assegurar que os impactos das suas atividades possam ser analisados, controlados e minimizados.

1 A TERCEIRA IDADE

1.1 Conceito de envelhecimento

O Brasil está no caminho de envelhecimento populacional. Em virtude disso, é preciso compreender as necessidades deste público para fornecer um melhor e adequado atendimento, que tenha a capacidade de prover seus desejos, assim como o seu novo estilo de vida.

De acordo com os ensinamentos de Spirduso:

o envelhecimento é um dos grandes enigmas da vida. Além do nascimento e da morte, é talvez a única experiência que todo ser humano divide. Embora todas as pessoas envelheçam, isso acontece de diferentes maneiras e em ritmos diversos (Spirduso, 2005, p. 05).

Com efeito, as pessoas têm formas distintas de chegar à terceira idade, isso acontece em virtude de fatores genético, biológico, psicológico e social, como também do estilo de vida de cada pessoa. Assim, de conformidade ainda com a autora, o envelhecimento é determinado mais facilmente por meio da idade física, ou seja:

é o tempo cronológico em que algo existiu, ou o número simples de unidades-padrão de tempos passadas entre o nascimento e uma data de observação. Nesse nível, a idade e o tempo são sinônimos. Em outro nível, porém, a dimensão física e o significado de tempo dependem totalmente do significado biológico, psicológico e social relacionados a ele; por esta razão, o conceito de tempo foi tema de debates filosóficos durante séculos. Como o tempo e o envelhecimento cronológico podem ser vistos como sinônimos, é impossível separar o envelhecimento da passagem do tempo. O termo envelhecimento é usado para se referir a um processo ou a um conjunto de processos que ocorrem em organismos vivos e que com o passar do tempo levam a uma perda de adaptabilidade, deficiência funcional, e, finalmente, à morte (Spirduso, 2005, p. 06).

No entanto, para implicação legal, idoso tem uma definição baseada na idade cronológica, sendo a denominação oficial de todas as pessoas que tenham chagado aos 65 de idade ou mais nos países desenvolvidos e aos 60 anos nos países em desenvolvimento. Este é o requisito adotado como critério para o censo demográfico, usado também pela Organização Mundial de Saúde (OMS, 2005) e pelas políticas sociais que tem como destaque a questão do envelhecimento.

De acordo com Veras (2002), velhice é um vocábulo impreciso, é um constructo envolvido de complexidade visto que abrange os níveis fisiológico, psicológico e social. Dessa forma, não é presumível definir conceitos aceitos globalmente, pois aborda ainda acepções culturais, políticas e ideológicas.

Para tanto, ao examinar a história, observa-se que em determinadas sociedades antigas, os velhos eram valorizados, em razão de sua experiência, ajudando os mais jovens em suas atividades cotidianas, transmitindo seus conhecimentos contraídos no decorrer da vida. Para a Grécia, o envelhecimento era entendido segundo a classe social. Caso pertencesse à elite, atinham o poder político, econômico e cultural, sendo distinguidos como sábios; contexto diferente daqueles que pertencem às classes sociais inferiores, que equivaliam à invalidez, à doença e à morte (Horn, 2013).

O século XX se caracterizou por profundas e radicais transformações, destacando-se o aumento do tempo de vida da população como o fato mais significativo no âmbito da saúde pública mundial. Uma das maiores conquistas da humanidade foi a extensão do tempo de vida (Veras;Caldas. 2004, p. 424).

Por conseguinte, verifica-se que o século XXI observará um envelhecimento mais célere do que o acontecido no século passado, visto que os velhos estão socialmente mais evidentes no dia a dia e no ambiente público, principalmente, como resposta existencial geracional à própria dinâmica da sociedade moderna, conforme asseveram Siqueira, Botelho e Coelho (2002).

Assim, esse processo de envelhecimento demográfico, que reflete nas díspares esferas da estrutura social, significa demandas características que se amoldam às condições de vida dos idosos. Prontamente, o desafio é garantir que as pessoas tenham condições de envelhecer com segurança e dignidade, sustentando sua participação ativa na sociedade, e que as relações entre as gerações sejam continuamente instigadas (Siqueira, Botelho e Coelho, 2002).

Posto isto, pertinente ressaltar que, nesse caminho, o termo terceira idade insurge vinculado às tentativas de melhorar a figura do idoso, tornando-o útil à sociedade. Com esta mudança, o termo velho - empregado anteriormente para indicar de forma pejorativa, principalmente, os velhos pobres -, torna-se inapropriado para indicar os jovens senhores. E o nome idoso passa a predominar, por ser um termo que transmite mais respeito e distintiva das classes médias (Correa, 2009).

1.2 Estatuto do idoso

No ano de 2003, por consequência da Lei nº 10.741, entra em vigor o Estatuto do Idoso, produzindo avanços determinados pela última Assembleia Mundial. Em geral, no que diz respeito aos direitos fundamentais e sociais garantidos pela Constituição Federal de 1988, o Estatuto sugere instrumentos mais eficientes para dar validade às garantias estabelecidas.

Pessôa (2010) adverte que o Estatuto do Idoso avança da mesma forma no que concerne ao Programa Nacional de Imunização (PNI) no que se refere ao controle social e à fiscalização, conforme define o art. 9º:

Art. 9º. É obrigação de o Estado garantir à pessoa idosa a proteção à vida e à saúde, mediante efetivação de políticas sociais públicas que permitam um envelhecimento saudável e em condições de dignidade (Brasil, 2003).

Nesses termos, Alcântara (2016) enfatiza que o Estatuto do Idoso tem grande valor, porquanto ele foi responsável por instituir o sistema de garantias que, a despeito de diversos entraves, procura realizar os direitos sociais dos idosos brasileiros. Este sistema previsto no Estatuto é concebido pelas seguintes instituições/órgãos: conselhos do idoso; Sistema Único de Saúde (SUS); Sistema Único de Assistência Social (Suas); Vigilância em Saúde; Poder Judiciário; Defensoria Pública; Ministério Público; e Polícia Civil.

Assim sendo, a aprovação do Estatuto do Idoso representa um avanço sociojurídico de enorme relevância na defesa dos direitos do público idoso. A sua necessidade se fundamenta pelo não cumprimento de diversos direitos expressos em outros dispositivos legais, como a Constituição de 1988, por exemplo. Não obstante as leis aprovadas no Estatuto constituam importantes progressos na acepção de políticas sociais de inclusão dos idosos, não foram estipuladas prioridades para a sua execução nem fontes para o seu financiamento (Paz e Goldman, 2006).

Até o início da década passada, a legislação concernente à atenção dos idosos era repartida em ordenamentos jurídicos setoriais ou em instrumentos de gestão política. Depois de sete anos de tramitação no Congresso Nacional, foi sancionado o Estatuto do Idoso em 2003 (Lei no 10.741/2003), que entrou em vigor

no dia 1º de janeiro de 2004 e tem como escopo basilar regulamentar os direitos das pessoas idosas em várias esferas e dimensões.

Nesse sentido, o Estatuto do Idoso dispõe, numa única e vasta peça legal, várias leis e políticas previamente aprovadas. Introduz novos elementos e abordagens, dando um tratamento irrestrito à consignação de medidas que objetivam oferecer o bem-estar dos idosos e com uma perspectiva de longo prazo (Camarano; Pasinato, 2004).

Assim sendo, esse novo instrumento compõe 118 artigos que trata sobre distintas áreas dos direitos fundamentais e das necessidades de proteção dos idosos, tendo como objetivo robustecer as diretrizes contidas na Política Nacional do Idoso, várias já garantidas pela Constituição Federal de 1988 (Camarano; Pasinato, 2004).

Dessa forma, o idoso, pessoa humana que é, goza de todos os direitos fundamentais inerentes a essa condição, direitos estes que estão expressos em todo o sistema jurídico brasileiro e, presentemente, igualmente nesse seu Estatuto, que lhe garante a proteção integral.

Portanto, objetiva assegurar-lhe por lei todas as oportunidades e facilidades, para preservação de sua saúde física e mental e seu aprimoramento moral, intelectual, espiritual e social, em condições de liberdade, dignidade e felicidade. Expõe-se aqui o princípio supremo que rege todos os dispositivos do Estatuto do Idoso, qual seja: o princípio da proteção integral (Boas, 2007).

Nesse contexto, de acordo Boas (2007), facultam-se mencionar alguns dos direitos expressos apresentados pelo Estatuto do Idoso:

Direito à Liberdade - O direito à liberdade abrange, entre outros, os seguintes aspectos: faculdade de ir, vir e estar nos logradouros públicos e espaços comunitários, ressalvados às restrições legais; opinião e expressão; crença e culto religioso; prática de esportes e de diversões; participação na vida familiar e comunitária; participação na vida política, na forma da lei; faculdade de buscar refúgio, auxílio e orientação.

Direito à Saúde - É assegurada a atenção integral à saúde do idoso, por intermédio do Sistema Único de Saúde (SUS), garantindo-lhe o acesso universal e igualitário, em conjunto articulado e contínuo das ações e serviços, para a prevenção, promoção, proteção e recuperação da saúde, incluindo a atenção especial às doenças que afetam preferencialmente os idosos.

Direito a Remédio e Plano de Saúde Iguatário - Em decorrência do direito à saúde, incumbe ao Poder Público fornecer aos idosos, gratuitamente, medicamentos, especialmente os de uso continuado, assim como próteses, órteses e outros recursos relativos ao tratamento, habilitação ou reabilitação. É vedada a discriminação do idoso nos planos de saúde pela cobrança de valores diferenciados em razão da idade.

Direito à Acompanhante - Ao idoso internado ou em observação é assegurado o direito a acompanhante, devendo o órgão de saúde proporcionar as condições adequadas para a sua permanência em tempo integral, segundo o critério médico. Caberá ao profissional de saúde responsável pelo tratamento conceder autorização para o acompanhamento do idoso ou, no caso de impossibilidade, justificá-la por escrito.

Direito à Meia Entrada - A participação dos idosos em atividades culturais e de lazer será proporcionada mediante descontos de pelo menos 50% (cinquenta por cento) nos ingressos para eventos artísticos, culturais, esportivos e de lazer, bem como o acesso preferencial aos respectivos locais.

Benefício Mensal Assistencial - Aos idosos, a partir de 65 (sessenta e cinco) anos, que não possuam meios para prover sua subsistência, nem de tê-la provida por sua família, é assegurado o benefício mensal de 1 (um) salário-mínimo, nos termos da Lei de Organização da Assistência Social LOAS, Lei 8.742, de 07 de dezembro de 1993.

Há, dessa forma, a previsão do pagamento do benefício da prestação continuada ao idoso carente e sem renda para se sustentar ou for sustentado pela família. A idade estipulada foi de 67 (sessenta e sete) anos, porém, a partir do momento que entrou em vigor o Estatuto do Idoso, a idade passou a ser de 60 (sessenta anos).

Do Transporte Urbano/Semiurbano e Interestadual - É garantida a prioridade do idoso no embarque no sistema de transporte coletivo. Diz o art. 39 que aos maiores de 65 (sessenta e cinco) anos fica assegurada a gratuidade dos transportes coletivos públicos urbanos e semiurbanos, exceto nos serviços seletivos e especiais, quando prestados paralelamente aos serviços regulares.

Para ter acesso à gratuidade, é necessário apenas que o idoso apresente qualquer documento pessoal que comprove a sua idade. Nos veículos de transporte coletivo de que trata este artigo, serão reservados 10% (dez por cento) dos assentos

para os idosos, devidamente identificados com a placa de reservado preferencialmente para idosos.

Nessa esteira, para a universalização e integralidade das políticas públicas, é essencial que o Estatuto do Idoso seja reconhecido por toda a população e, sobretudo, pelo seu público-alvo. Portanto, para que ações de políticas públicas possam ser executadas, de forma que a população passe a ter maior entendimento sobre o assunto, estudos dos fatores vinculados ao conhecimento no que diz respeito a essa legislação, podem proporcionar preciosas contribuições.

1.3 Idoso versus sociedade

Pelo que se pode observar através de estudos realizados, infere-se que o envelhecimento populacional é um fenômeno que ocorre em ritmo acelerado em todas as nações do mundo. Conforme os registros do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE (2010), presentemente no Brasil existem mais de 26 milhões de pessoas idosas, aproximadamente 13,7% da população total, com idade acima de 60 anos. De acordo com as estimativas, os idosos farão parte de um grupo que supera o de crianças com até 14 anos, em 2030. E, em 2055, calcula-se que o número de pessoas idosas será superior que o de crianças e jovens com até 29 anos.

Percebe-se que, no ano de 2025, serão 64 milhões de velhos e, em 2050, um em cada três brasileiros um será idoso, representando quase 29,7% da população. Esta nova configuração demográfica requereu um novo olhar sobre o envelhecimento e a velhice, alterando as relações desta parte da população (IBGE, 2010).

Nesses termos, compreende-se que o envelhecimento é um processo vitalício e que os padrões de vida que causam um envelhecimento com saúde são constituídos no princípio da vida. Contudo, importante advertir que fatores socioculturais determinam o olhar que a sociedade tem sobre os idosos e a espécie de relação da qual ela concebe a esse segmento populacional.

Por conseguinte, o debate sobre o tema do envelhecimento inclui, essencialmente, a análise dos aspectos culturais, políticos e econômicos concernentes a valores, preconceitos e sistemas simbólicos que atravessam a história das sociedades.

Assim, é pertinente enfatizar que o envelhecimento, por ser um fato biológico e cultural, precisa ser analisado sob um aspecto histórico e socialmente contextualizado. Visto que o tratamento ofertado à velhice está sujeito aos valores e à cultura de cada sociedade em particular, e a partir desse entendimento, ela irá construir a sua visão desse último estágio da vida.

Toda forma, ainda é necessário enxergar o processo de envelhecimento como uma fase natural e produtiva do homem, onde o indivíduo pode ter perdas e ganhos. Os ganhos, nem sempre destacados nesta fase, podem consentir que as perdas não fiquem tão explícitas, instigando o indivíduo em processo de envelhecimento procurar um novo sentido nesta etapa do curso da vida (Rodrigues; Soares, 2006).

Por conseguinte, desde o século XIX, aparecem paulatinamente distinções entre as idades, onde possibilitaram a especialização de funções, hábitos e espaços no que diz respeito a cada grupo etário. Silva (2008) afirma que o reconhecimento da velhice como etapa única é parte de um extenso processo histórico assinalado pela institucionalização das etapas da vida. Esta alcançou quase todos os campos da vida social, fazendo-se presente no ambiente familiar, no domínio do trabalho, nas instituições do Estado, no mercado de consumo e nas esferas de intimidade.

Sobre essa discussão, Birman (2015) adverte que existem múltiplos processos de envelhecimento, em que a velhice se estende em várias probabilidades de ser e de existir, multiplicando sua presença no campo dos debates. Conforme o autor, aos poucos, a velhice afastou as marcas negativas da invisibilidade e da obscuridade para auferir, por outro lado, reconhecida visibilidade social.

Dessa forma, a gestão da velhice foi uma das implicações da institucionalização dos sistemas de aposentadoria, que resultou na transferência da responsabilidade das famílias para o Estado; e a solidificação da velhice como categoria política (Birman, 2015).

Nessa acepção, Silva (2008) enfatiza que o aposentado não é apenas o indivíduo incapaz para o trabalho, mas igualmente o indivíduo de direito. Entretanto, o que tem de negativo neste processo é a relação da velhice com a incapacidade, que somente atualmente vem sendo desconstruída. Dentre vários fatores que levam o idoso a ganhar visibilidade, Correa (2009) ressalta a questão do próprio

envelhecimento mundial, e ainda a função da gerontologia e da geriatria como agentes que possibilita esse processo.

Nos ensinamentos de Lopes (2003), no Brasil, ainda existe a ideia de que os idosos são uma “carga” para a sociedade. E mesmo que os idosos sinalizem e persistam em pró-atividade, e transmitam reportagens e imagens de idosos dançando, estudando ou namorando, mesmo assim a mídia exhibe-os como pessoas dependentes no que se refere à questão econômica. De conformidade com os especialistas, em pouco tempo, o sistema previdenciário irá acabar pelo fato da quantidade de idosos dependentes.

A ideia dos economistas é que o indivíduo dependente é aquele que é incapaz de prover, por seus próprios meios, suas necessidades de consumo ou o exercício dessas atividades, mas o conceito de dependência deve levar em consideração não apenas a idade cronológica, mas agregando critérios como sexo, condição de atividade, nível educacional e variedade das experiências e condições de vida em um determinado período (Camarano; El Ghouri apud Lopes, 2003, p. 281).

Nos ensinamentos ainda de Lopes (2003), a dependência do idoso acontece para com a família e as instituições os auxiliem, porquanto é a família que faz a mediação entre o vínculo do idoso com o Estado e deles para com o mercado, tanto ao receber benefícios ou rendimentos. Compete ao Estado garantir acesso à saúde, viabilizando regularidade dos benefícios e assistências sociais.

Nesses termos, a criação de espaços relevantes de participação social do idoso nas comunidades é um fator necessário, e pode elevar a visibilidade do segmento idoso, batalhando por direitos de cidadania e contra a exclusão social e preconceito, preocupações reais com o aumento da longevidade e aumento do público que faz parte desse segmento, afirma Borges (2003).

Por conseguinte, atualmente, já não é incomum o idoso conseguir driblar o preconceito e discriminação, e se colocar como sujeito de direito, até mesmo permitindo desfrutar de seus direitos adquiridos no decorrer de décadas, como o direito a usar o turismo com descontos, utilizar os acentos preferenciais, acesso a filas preferenciais, dentre outros direitos outorgados a eles.

2 O ECOTURISMO

2.1 Conceito de ecoturismo

Tem-se observado que o turismo é uma atividade que está se expandindo cada vez mais pelo mundo e gera uma quantidade de capital bastante considerável. Por ser uma extraordinária fonte de geração de emprego e renda, o turismo tem sido muito valorizado nas estratégias de desenvolvimento de diversos países.

Nesse sentido, a partir do seu surgimento, o Ecoturismo suscita dissensões conceituais dentre os pesquisadores do fenômeno denominado turismo. Assim, para uns, o ecoturismo é tão somente uma extensão do turismo; para outros, uma filosofia, já para um terceiro grupo, uma prática sustentável. Assim, no posicionamento de Fennel (2002), por exemplo, o ecoturismo é uma extensão do Turismo Alternativo.

Todavia, a Organização Mundial do Turismo (OMT) e o Programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente (PNUMA) consideram o Ecoturismo como um segmento do turismo, enquanto princípios dos quais se desejam para o turismo sustentável são aplicáveis e precisam servir de base para todos os tipos de turismo em quaisquer destinos (Brasil, 2008).

Dessa forma, o Ecoturismo é uma prática hodierna que vem sendo bastante disseminada em razão à preocupação com os cuidados com a natureza, coligada à geração de renda e emprego. Nesse contexto, o ecoturismo é o segmento de viagens que mais cresce no mundo, evento provavelmente associado ao aumento da preocupação da sociedade com o meio ambiente.

Porquanto, o vocábulo ecoturismo foi criado no começo da década de 1980. Refere-se a uma atividade turística promovida em áreas naturais onde o visitante busca certo aprendizado sobre os elementos do local visitado. Safáris fotográficos, estudos do meio e análise da fauna são algumas das probabilidades que o ecoturismo oferece. É fundamentado, portanto, em atrativos naturais diversos como cachoeiras, rios, lagos, grutas, montanhas, fauna e flora. Precisa desse modo de um ambiente pouco modificado pelo ser humano para suas práticas (Fennel, 2002).

No entanto, desde o período das duas derradeiras décadas do século XX, que o Ecoturismo passou a ser concebido como cenários para propiciar benefícios tanto

para a natureza quanto para a sociedade, ou seja, para os indivíduos que trabalham com o turismo, bem como para as comunidades residentes de locais turísticos.

Dessa forma, esses benefícios foram motivados posteriormente à Conferência das Nações Unidas que teve como pauta o meio ambiente, na cidade do Rio de Janeiro, em 1992, a Conferência Rio-92. Nessa conferência, estabeleceu-se o termo Desenvolvimento Sustentável. Em geral, o conceito de sustentabilidade assinala diretrizes sobre a forma como o homem apreende e se relaciona com a natureza. Isso findou por instigar o interesse global e o expressivo avanço do ecoturismo como uma estratégia de desenvolvimento sustentável.

Conforme a Organização Mundial do Turismo, no ano de 2012, mais de um bilhão de turistas fizeram viagens internacionais, alcançando um novo recorde, mantendo o turismo como um dos maiores setores da economia mundial. Assim, dentre os segmentos deste setor, o ecoturismo é o que demonstra os maiores índices de crescimento (Hintze, 2008).

Para tanto, a procedência do termo ecoturismo não são tão explícitos, contudo, foi Hetzer (1965) apud Hintze (2008) quem teoricamente apontou os quatro pilares do turismo responsável, quais sejam: minimizar o impacto ambiental, respeitar a cultura local, maximizar os benefícios para a população anfitriã e potencializar a satisfação do turista. No entanto, o primeiro conceito formal comumente é concedido ao Ceballos-Lascuráin, em que definiu:

Ecoturismo é viajar para áreas naturais conservadas e não perturbadas com o objetivo específico de estudar, admirar e desfrutar a paisagem e suas plantas e animais, assim como quaisquer outras manifestações culturais - passadas e presentes - nestas áreas encontradas (Ceballos-Lascuráin, 1987, apud Hintze, 2008, p. 05).

Nesse aspecto, o conceito de ecoturismo se ampliou, porquanto as sociedades passaram a ter mais atenção com os impactos negativos que possivelmente poderia causar ao meio ambiente, pondo em debate novas maneiras de se praticar o ecoturismo num contexto mais responsável.

Com efeito, pois, de conformidade com Figueiredo (2000), o turismo é uma atividade econômica com abissal crescimento nas derradeiras décadas no Brasil, onde há áreas naturais sendo exploradas e valorizadas por ricos patrimônios histórico-culturais, dando especialidade ao turismo ambiental, isto é, o ecoturismo. Nesses termos, entende-se que o ecoturismo é um segmento dentro do turismo.

O ecoturismo é provocar e satisfazer o desejo que temos de estar em contato com a natureza, pois é explorar o potencial turístico visando à conservação e o desenvolvimento, é evitar o impacto negativo à ecologia, à cultura e à estética (Western, 1995 apud Figueiredo, 2000, p. 55).

Diante disso, há diversas definições e conceitos que se assemelham para esta nova forma de turismo. Dentre eles, pode-se citar: turismo responsável, turismo alternativo, turismo sustentável, turismo de natureza, turismo de aventura, turismo educacional e tantos outros, porém, na verdade, o “Ecoturismo” abrange possivelmente um pouco de todas elas.

Todo caso, a atividade do ecoturismo precisa considerar um planejamento apropriado para o local, que colaborará para a redução dos impactos ambientais ocasionados na fauna e flora.

Entretanto, essa concepção gera preocupação de não se ter a sustentabilidade tanto cultural, social, natural e econômica do local onde se vai desenvolver a atividade. Pois, sem um planejamento adequado, as consequências serão de impactos negativos para a comunidade receptora e para o ecossistema local (Salvati, 2003, p. 33-38).

Sendo posto, os exímios princípios do ecoturismo sintetizam-se na ilustre frase: “Da natureza nada se tira a não ser fotos, nada se deixa a não ser pegadas, nada se leva a não ser recordações”. A ideia é exatamente alertar a todos que o ecoturismo de origem comunitária segue normas básicas efetivamente preocupadas com os problemas ambientais, com a biodiversidade e com a natureza, de modo geral (Brasil, 2010).

Nesse contexto, precisam ser procuradas interações sustentáveis e dar ouvidos à comunidade que será impactada pelas alterações providas do Ecoturismo, visto que a inclusão social necessita ser instituída com práticas e estratégias bem pesquisadas e planejadas a fim de que os benefícios venham a ser atrativos para todos os agentes sociais envolvidos.

2.2 O ecoturismo e o desenvolvimento sustentável

De acordo com Bezerra (2024), O Relatório Nosso Futuro Comum elaborado em 1987 e conhecido como *Relatório ou Informe Brundtland* valoriza e enfatiza o conceito de desenvolvimento sustentável. O teor do texto apresenta 109 recomendações objetivando qualificar propostas estabelecidas em 1972. O conceito

expõe em seu cerne a harmonia entre desenvolvimento econômico e as fontes de recursos naturais, assim como sugere estratégias que precisam ser exercidas em longo prazo por todas as nações, como segue:

O desenvolvimento sustentável atende as necessidades do presente sem comprometer a possibilidade de as gerações futuras atenderem as suas próprias necessidades. Ele contém dois conceitos-chaves: 1) o conceito de necessidade, sobretudo as necessidades essenciais dos pobres do mundo, que devem receber o máximo de prioridade; 2) a noção das limitações que o estágio da tecnologia e da organização social impõe ao meio ambiente, impedindo e atendendo as necessidades presentes e futuras (Brundtland, 1987, apud Dias, 2003, p. 98).

Nesse significado, observa-se que o desenvolvimento sustentável transformou-se em pressuposto no planejamento do setor político e da iniciativa privada, especialmente por implicar uma nova direção às relações humanas e ambientais, além de sugerir um novo arquétipo de integração e auto-sustentabilidade baseado na participação coletiva objetivando o desenvolvimento, todavia respeitando as peculiaridades de cada comunidade (Bezerra, 2024).

Assim, em consequência desse debate, a atividade turística igualmente sofreu fortes críticas em virtude de ser uma atividade econômica impactante no modo de desenvolvimento praticado por este seguimento. Essa nova reivindicação apressou as modificações na atividade turística e, como implicação, o turismo passou a ser idealizado nos padrões do desenvolvimento sustentável, aparecendo como referência aos princípios e práticas desse conceito, ou seja, o Ecoturismo (Bezerra, 2024).

Por conseguinte, como o turismo caracteriza-se numa atividade econômica com grande capacidade de produzir riquezas e criar empregos, caso efetivado de forma estruturada, poderá vir a ser apontado como uma relevante tendência do desenvolvimento sustentável. Essa probabilidade promove a imprescindibilidade de se discutir seus prováveis impactos.

Nesse sentido, cabe enfatizar que o turismo pode acarretar tanto benefícios como problemas para certas regiões ou municípios, uma vez que esses impactos podem ser constatados nos níveis econômico, social, ambiental e cultural. Assim, sendo o ecoturismo parte do turismo, observa-se que o ecoturismo é um assunto novo e que tem auferido díspares tratamentos teóricos ainda com poucas

conclusões que expliquem os projetos amplos para os quais se propõe (Oliveira, 2000).

Dessa forma, com o crescimento da discussão, no que se refere ao desenvolvimento sustentável na década de 1980, aparecem às primeiras menções sobre turismo ecológico como uma nova maneira libertadora da prática usada pelo turismo até o momento desenvolvido.

Porquanto, no meio científico, percebe-se que o Ecoturismo, para determinados estudiosos, nada mais é do que uma viagem de pessoas com o desejo de contemplar a natureza, em razão à vasta alteração que abrange o aludido termo. Por outro prisma, essa compreensão reducionista não é unânime na literatura e divide opiniões entre os autores, quando compreendem que o Ecoturismo vai bem mais além.

o Ecoturismo não é somente uma viagem orientada para a natureza, mas também constitui uma nova concepção da atividade, tanto prática social como econômica. Tem como objetivo melhorar as condições de vida das populações receptoras, ao mesmo tempo em que preserva os recursos e o meio ambiente, compatibilizando a capacidade de carga e a sensibilidade de um meio natural e cultural com a prática turística (Dias 2003, p. 103)

Nesses termos, pode-se dizer que o Ecoturismo surge de um momento de reflexão da sociedade hodierna que objetiva conciliar o desenvolvimento com sustentabilidade.

Assim, de conformidade Vitorino (2000), em 1994, um grupo multidisciplinar composto por representantes dos mais variados segmentos do setor governamental e privado avaliou e determinou bases para a inserção de uma política nacional de ecoturismo, de modo a garantir para a comunidade: melhores condições de vida e benefícios; para o meio ambiente: uma importante ferramenta na valorização dos recursos naturais; para a nação: uma fonte de riquezas, divisas e geração de empregos; para o mundo: a chance de conhecer e usar o patrimônio natural dos ecossistemas para onde concentram a economia e a ecologia, para o conhecimento e uso de gerações futuras.

A autora ainda adverte que, como efeito desse encontro, foram delineadas finalidades, ações e estratégias a serem desenvolvidas, como também a conceituação do ecoturismo como sendo:

o segmento da atividade turística que utiliza, de maneira sustentável, o patrimônio cultural e natural e busca a formação de uma consciência ambientalística através da interpretação do meio ambiente, promovendo o bem-estar das populações envolvidas (Brasil, 1994, apud Vitorino, 2000, p. 70).

Conforme a Organização Mundial de Turismo (OTM, 2003), o ecoturismo é um modo de turismo fundamentado na natureza, com considerável destaque na conservação do meio ambiente, abrangendo a diversidade biológica, os sistemas de vida selvagem e ecológicos, destacando a importância da educação do turista no que concerne ao meio ambiente e à maneira de conservá-lo. Os campos do ecoturismo abrangem comunidades, sobretudo de povos tradicionais e o planejamento do ecoturismo necessita pesquisar as maneiras de manter as tradições e as identidades culturais locais e o modo de levar benefícios a estas comunidades.

No entanto, somente através de um processo de planejamento é que o ecoturismo pode funcionar, verdadeiramente, como uma ferramenta para a obtenção da sustentabilidade. Esse planejamento, vinculado à conscientização ambiental, fará com que os indivíduos tenham atitudes que garantam as condições que necessitam para que esta e as gerações futuras usufruam dos recursos naturais de forma plena, saudável, equilibrada e harmônica, no caminho da sustentabilidade ambiental.

Nessa linha, a fim de que se possa acolher às expectativas desse público em relação ao turismo, é imprescindível planejamento, com o escopo de proporcionar as melhores condições a serem usufruídas. Refere-se à elaboração dos atrativos, dos acessos, da infraestrutura básica de todo o aparelhamento turístico, sendo fator terminante para o progresso dessa atividade a capacitação dos profissionais que fazem parte, direta e indiretamente.

Vistos que o turismo sustentável usa o patrimônio natural e cultural, estimula sua conservação e incita à formação de uma consciência ambientalista, gerando o bem-estar das pessoas e comunidades envolvidas. Por essa razão, vem estabelecendo-se como extraordinário aliado na conservação do meio ambiente e como alternativa econômica que incentiva a inclusão social (Bezerra, 2024).

Nessa acepção, o Ecoturismo utilizado de forma correta reunir todos os atores sociais da comunidade: líderes, empresários, comerciantes, poder público e, sobretudo as pessoas que moram no local, onde juntos irão desenvolver um modelo de trabalho indispensável para a localidade, tendo o dever de ser integrado e

fundamentado na consciência coletiva, direcionado à utilização e valorização das potencialidades locais, como também da preservação da cultura e identidade.

De fato, as pessoas precisam ter o entendimento de que o Ecoturismo enquanto produto turístico é verdadeiramente diferente, uma vez que integra valor a sua matéria prima (atrativo natural ou cultural) no contexto ambiental e sociocultural. Assim sendo, o turista consciente da problemática de sustentabilidade do planeta irá valorizar e melhor irá desfrutar em sua correta extensão (Dias, 2003).

2.3 Planejamento adequado para a sustentabilidade do ecoturismo

Conquanto de o ecoturismo ser uma ferramenta que atua em prol do desenvolvimento sustentável, determinadas comunidades não têm alcançado os benefícios almejados, porque o objetivo posto em prática tem sido pelo lucro imediato e não o desenvolvimento mediante os princípios defendidos pelo ecoturismo.

Esse problema acontece não somente com empresários, porém igualmente com governos de países que consideram o ecoturismo uma solução para os problemas de desenvolvimento, isto é, utilizam-no para prover a falta de empregos e conseguir capital para infraestrutura.

Por conseguinte, é imperativo elaborar novas estratégias de gestão para apartar o ecoturismo do turismo de massa, visto que esta é a visão que determinados países trazem sobre o mesmo, não percebendo a participação da comunidade local nesses planos. No que concerne a esta questão, Neiman (2002) censura o ecoturismo, visto que, na visão do autor, de nada adianta fazer ecoturismo se não existem estudos de capacidade de suporte, infraestrutura apropriada e que não existem também impactantes normas das quais possam regulamentar e excluir organizações especializadas.

Assim, compreende-se que é necessário cumprir diversas etapas antes de se ter o ecoturismo funcionando de forma apropriada e como alternativa do desenvolvimento sustentável, porquanto os elementos advertidos pelo autor ainda não estão funcionando em sua totalidade, pois enquanto existirem conflitos ambientais, tudo continuará igual. Sendo posto, para obter todos os aspectos apontados por Neiman (2002), é imprescindível começar estratégias de planejamento para poder alcança-los.

Todavia, o desenvolvimento do setor, isento de um planejamento apropriado, pode acarretar mais impactos negativos do que positivos para os lugares onde acontece. Na perspectiva do mercado, a natureza acaba se transformando em mais um produto, podendo ser vendido e consumido.

Conforme Mourão (2004), o ecoturismo realizado no Brasil é uma atividade ainda caótica, desestruturada e estimulada fundamentalmente pela oportunidade do mercado, deixando, em regra, de proporcionar os benefícios socioeconômicos e ambientais almejados.

Para Figurelli; Porto (2008), o setor de turismo de natureza enfrenta vários e díspares problemas de cunho ético e ambiental. Ele se confronta com a tarefa de utilizar áreas naturais e garantir que a integridade ambiental das mesmas seja conservada e, por esse pretexto, está diretamente vinculado à ideia de turismo sustentável.

Nesse contexto, a divisão dos benefícios consequentes das atividades ecoturísticas precisa considerar, sobretudo, as comunidades receptoras, de forma a torná-las agentes principais do processo de evolução da região. No entanto, a comunidade receptora da mesma forma acaba ingressando na lógica de mercado e, várias vezes, é percebida como mais um produto do turismo ou como mão de obra para as atividades que acontecem no local, não tendo, conseqüentemente, o papel de protagonista (Brasil, 2008).

A esse fator adiciona-se a reivindicação da maioria dos turistas por certos padrões de comodidade, segurança e conforto, que tantas vezes esses padrões reivindicados são os mesmos ou outras melhores do que os encontrados nos grandes centros urbanos (Brasil, 2008).

Nesses termos, o ecoturismo pode obviamente dirigir a região em que acontece um desenvolvimento socioeconômico harmonioso e justo, à conservação dos recursos naturais e a melhoria da qualidade de vida da população local. Todavia, isso somente acontecerá quando a atividade for conduzida de maneira apropriada, respeitando as características, fragilidades e limites socioambientais da área estabelecida e, principalmente, envolvidas por ações concretas de educação ambiental (Ramos; Oliveira, 2008).

Nos ensinamentos de Pedrini (2005), as metas da educação ambiental almejam fazer com que o sujeito e a coletividade obtenham conhecimentos e habilidades que os consintam modificar hábitos, costumes e comportamentos,

tornando factível uma convivência pacífica e racional do ser humano com os recursos ambientais que nos abrangem, admitindo a sobrevivência de todos os seres animados e inanimados. Haja vista essas metas, a educação ambiental é fundamental para a ampliação do ecoturismo que objetiva à conservação ambiental, cultural e o crescimento socioeconômico da comunidade local.

Caso a experiência com a natureza não esteja a serviço da mudança da pessoa e não refletirem uma experiência relevante em sua vida, para que ela possa ter a oportunidade de desenvolver novos relacionamentos com ela, seria melhor não estimulá-la. Pouparia a esses ambientes os possíveis desgastes que as visitas desinteressadas podem provocar (Mendonça, 2005, p. 216).

Nesse entendimento e de acordo com o Ministério do Turismo, o ecoturismo é uma atividade que procura a formação de uma consciência ambientalista através da interpretação do ambiente (Brasil, 2008).

Observa-se que a palavra interpretação, ao invés de educação, está em relevo. No entanto, para Pedrini (2007), a interpretação ambiental precisa ser conduzida pela educação ambiental e não o inverso, sendo que essa metodologia acaba por se revelar uma das essenciais ferramentas da educação ambiental.

Desse modo, faculta-se apreender que o desenvolvimento sustentável é uma espécie de desenvolvimento que pode se procurar no ecoturismo, uma vez que são conceitos correspondentes, já que a definição e o propósito de ambos estão integrados, possibilitando a partir de então mecanismos para o desenvolvimento das comunidades.

Nesses termos, esses mecanismos seriam as estratégias e planos produzidos pelos empresários e governos, alicerçados na sustentabilidade e conservação empregados no ecoturismo, ao qual tem por escopo a participação das comunidades locais nesse processo, ocasionando, desse modo, o desenvolvimento sustentável para todos os envolvidos.

3 A IMPORTÂNCIA DO ECOTURISMO NA PROMOÇÃO DA QUALIDADE DE VIDA NA TERCEIRA IDADE

3.1 Qualidade de vida na terceira idade

De modo geral, Qualidade de Vida denota várias coisas, refere-se como as pessoas vivem, sentem e entendem seu dia a dia. Abrange saúde, educação, transporte, moradia, meio ambiente, trabalho, atividade física e participação nas decisões das quais lhes concernem e estabelecem como vive uma população (Gonçalves; Vilarta, 2004).

De acordo com Gonçalves e Vilarta (2004), Qualidade de Vida ainda envolve situações diversas, como escolaridade, atendimento digno, conforto, alimentação correta e inclusive aquisições materiais, assim como a própria cidadania, que abarca além de tudo, o controle da administração de bens estatais, privados e públicos, como instituições de ensino, produtos de consumo pessoal, pavimentação e conservação de ruas e lugares coletivos para o lazer, isto é, o exercício democrático da cobrança da transparência das medidas e procedimentos dos governantes e administradores.

Posto isto, a definição de qualidade de vida está vinculada à autoestima e ao bem-estar pessoal e envolve uma gama de fatores como a habilidade funcional, o nível socioeconômico, o estado emocional, a interação social, a atividade intelectual, o autocuidado, o suporte familiar, o próprio estado de saúde, os valores culturais, éticos e a religiosidade, o estilo de vida, a satisfação com o emprego e/ou com atividades cotidianas e o espaço em que se vive (Gonçalves e Vilarta, 2004).

Nessa perspectiva, pode-se definir que o conceito de qualidade de vida, conseqüentemente, é bastante amplo e varia de autor para autor e, ademais, pertinente compreender que é um conceito subjetivo, ou seja, estar condicionado ao nível sociocultural, da faixa etária e dos anseios pessoais de cada indivíduo.

Para a Organização Mundial de Saúde (OMS),

Qualidade de vida é a percepção que o indivíduo tem de sua posição na vida dentro do contexto de sua cultura e do sistema de valores de onde vive, e em relação a seus objetivos, expectativas, padrões e preocupações. É um conceito muito amplo que incorpora de uma maneira complexa a saúde física de uma pessoa, seu estado psicológico, seu nível de dependência, suas relações sociais, suas crenças e sua relação com características proeminentes no ambiente (WHOQOL-OLD, 2007).

À proporção que uma pessoa vai envelhecendo, sua qualidade de vida é profundamente estabelecida por sua capacidade de conservar autonomia e independência. Assim sendo, a conscientização quanto à precisão de propiciar qualidade de vida do idoso tem intensificado na mídia a responsabilidade de participar e buscar influenciar a sociedade, na aceção de anunciar novas tecnologias para tratamentos, e, além disso, difundir a ideia de que para se viver mais, precisa-se viver melhor, com interação social, atividade física e finalidades na vida, dentre tantas outras coisas, ainda que as condições financeiras e a saúde sejam insuficientes (Vecchia, 2005).

Dessa forma, é justo e imprescindível assegurar ao idoso a sua integração na comunidade, o regresso desse grupo ao mercado de trabalho tem estimulado e alimentado à perspectiva positiva e anseios dos grupos da melhor idade, visto que, com expectativas e projetos, o idoso nutre ou adquire o sentimento de importância e tonifica a própria identidade (Vecchia, 2005).

Pois, chegar à velhice com qualidade de vida é um desafio envolto de várias dificuldades, uma vez que o envelhecimento populacional influencia diversas questões como: o consumo, a transferência de capital e propriedades, impostos, pensões, o mercado de trabalho, a saúde e assistência médica, a formação e estruturação da família. No entanto, constitui um processo normal de qualquer ser humano, inevitável, irreversível e jamais uma doença (WHOQOL-OLD, 2007).

Por conseguinte, de maneira alguma precisa ser tratado somente com soluções médicas, mas igualmente por interferências sociais, econômicas e ambientais. A habilidade de interagir de forma social é primordial para o idoso, haja vista sua necessidade de conquistar e conservar as redes de apoio social e assegurar maior qualidade de vida (WHOQOL-OLD, 2007).

Nesse contexto, para se ter uma ótima qualidade de vida na terceira idade, não significa uma qualidade da pessoa, biológico ou psicológico, muito menos uma responsabilidade subjetiva, porém sim, um elemento da interação entre indivíduos convivendo numa sociedade que está sempre se transformando.

De fato, pois é válido discorrer que a terceira idade está se estabelecendo como o departamento populacional de maior crescimento. E a previsão estatística aumentada da população idosa está associada ao progresso tecnológico e se expande à elevação da qualidade de vida, em virtude do progresso da medicina, em especial, no campo de geriatria, inovados tratamentos e medicamentos que tenham

a capacidade de aprimorar as variantes do envelhecimento e prolongar o tempo médio de vida (SESC, 2003).

Nesses termos, observa-se que um modelo de envelhecimento avaliado como “ideal” seria aquele onde o idoso mantém padrões de autonomia e atividade, fenômeno chamado “envelhecimento ativo”. A fim de que o envelhecimento possa ser uma condição positiva, não é suficiente somente ter uma vida longa, mas igualmente oportunidades no que se referem aos aspectos da saúde, integração social e segurança.

Para tanto, o envelhecimento ativo pode ser aplicado tanto a pessoas quanto a grupos populacionais. Ele consente que os indivíduos apreendam o seu potencial para o bem-estar físico, social e mental ao decorrer do curso da vida, e que esses indivíduos participem da sociedade de conformidade com suas necessidades, aspirações e capacidades; ao mesmo instante, proporciona proteção, segurança e cuidados apropriados, quando necessários (Neri, 2007).

3.2 A prática do lazer em áreas naturais pelos idosos

O avanço da longevidade, conseqüente de incontáveis conquistas nas áreas sociais e da saúde, instituiu demandas de políticas públicas caracterizadas no tratamento da questão do envelhecimento e de serviços evidenciados nesse segmento populacional.

Representa, na realidade, uma redefinição dos conceitos e das percepções sobre o envelhecimento, referem-se a novas maneiras de viver essa etapa da vida; maneiras essas que precisam estar relacionadas ao prazer e às conquistas pessoais. Para os aposentados, denota também um novo sentido para o tempo da aposentadoria destacando atividades direcionadas para o lazer, alicerçadas no salário da aposentadoria.

Pertinente ressaltar que, de acordo com Houaiss (2001), o vocábulo lazer, embora seja tão vastamente usada, não apresenta um significado único. Pela sua etimologia, *licēre*(lazer) vem do Latim e significa ser lícito, ser permitido, ter valor. Por conseguinte, vários estudiosos sobre o assunto ainda não chegaram a uma concordância sobre a expansão do significado do vocábulo, porquanto há diversos entendimentos prováveis.

Sendo posto, o lazer ocorre quando existe tempo livre para o cumprimento de atividades que dê prazer. Pois, a prática do lazer e a experiência cultural e social que o turismo traz para os seus praticantes têm motivado ainda mais as viagens e os deslocamentos para destinos que proporcionam atrativos inclinados à prática do lazer, do entretenimento, do relaxamento e do contato com a natureza (Houaiss, 2001).

Existiram certas épocas que envelhecer era a fase do descanso e do comodismo, a imagem que se tinha outrora de um idoso era a de um indivíduo fragilizado, abatido, esgotado e sem qualquer entusiasmo ou pretensão de experimentar e viver coisas novas. Essa imagem que se tinha dos idosos sentadinhos, quietos em casa e num espaço sossegado, já está ultrapassada há algum tempo. A quantidade de idosos aposentados que desejam desfrutar a idade da melhor forma cresce a cada dia, e não conformados, procuram sair para conhecer o mundo, porque atualmente eles vivem em “férias prolongadas”, ou seja, a aposentadoria (Houaiss, 2001).

Assim sendo, até metade do século XX, a pessoa idosa não poderia usufruir do lazer na companhia de amigos, ou viajar para se divertir com autonomia e independência. Basicamente, seria somente um coadjuvante em seu ambiente familiar e social. Na década de 1970 e no começo dos anos 1980, por exemplo, não imaginava um idoso praticar atividades físicas regulares, ou mesmo frequentar academias. Presentemente, não é raro se deparar com idosos cheios de saúde e energia, mais independentes, mesmo que existam determinadas limitações provenientes da idade (Silva, 2008).

Ao observar as manifestações culturais daqueles que envelhecem na contemporaneidade, identificamos mudanças significativas de hábitos, imagens, crenças e termos utilizados para caracterizar esse período da vida. Além das tradicionais representações que atrelam os momentos mais tardios da vida ao descanso, à quietude e à inatividade, surgem hábitos, imagens e práticas que associam o processo de envelhecimento a atividade, aprendizagem, flexibilidade, satisfação pessoal e vínculos amorosos e afetivos inéditos (Silva, 2008, p. 156).

Sendo posto, nos últimos anos, verificou-se uma procura elevada sobre as práticas de lazer em locais naturais, que passaram a significar um relevante espaço para o desenvolvimento pessoal e social (Sasaki, 2003). A procura pelo lazer em contato com a natureza é motivada, especialmente, pela busca de qualidade de vida

que beneficie o aumento da longevidade. Dessa forma, dentre os grupos sociais que pleiteiam lazer em áreas naturais está o público da terceira idade.

Nesse contexto, a busca pelo lazer afastado dos centros urbanos e em áreas naturais acontece com maior assiduidade em todos os segmentos da sociedade e com mais intensidade pela pessoa idosa. Atualmente existe um elevado avanço na conscientização sobre a imprescindibilidade de vivências mais espontâneas e significativas, e nasce o desejo de evasão da rotina estressante e do caos urbano (Sasaki, 2003).

Compreende-se ainda que as atividades de lazer em espaços naturais propiciam melhor integração entre o desejo de fuga, de ruptura da rotina, do afastamento estressante do cotidiano das metrópoles e o prazer decorrente dos benefícios causados a partir do lazer em contato com a natureza.

No que diz respeito às áreas naturais, são consideradas como refúgio da vida silvestre, atraindo a curiosidade de várias pessoas dispostas a conhecer espécies da flora e fauna ameaçadas de extinção. Em razão disso, o Turismo tem sido uma atividade cada vez mais praticada nas áreas naturais, por agregar não apenas o lazer e o entretenimento, mas igualmente a sensibilização dos visitantes quanto ao uso sustentável e preservação dos recursos ambientais (Scherer et al., 2012, p. 02).

No entendimento de Panosso Netto (2010), para a realidade de determinadas pessoas idosas, como a procura de um novo sentido para a vida, especialmente depois da aposentadoria, é necessário compreender que o turismo tem um valor inestimável e de enorme importância na qualidade de vida desses idosos.

Compreendido como ato de viajar por grande parte das pessoas, o turismo constitui, de fato, uma atividade multidisciplinar que cria relações e situações que harmonizam educação, saúde, cultura, lazer e meio ambiente, influenciando as condições de vida de pessoas e comunidades (Falcão, 2012, p.117).

As atividades de lazer em áreas naturais são uma forma de combinar diversão com preservação, no aspecto da educação ambiental. Isto é, ao mesmo tempo em que diverte o público, sensibiliza-o sobre a relevância da proteção desses lugares. Nas práticas do lazer em áreas naturais, a relação com o meio ambiente consente que esses espaços sejam idealizados como espaços de aprendizado. Definindo-se várias maneiras de interação entre as pessoas e a natureza.

No entanto, diversos idosos ainda seguem trabalhando por necessidade ou puramente por não querer se entregar a uma vida ociosa, outros elegem pela prática do voluntariado para se manter ativos; outros tantos preferem, e têm condições de viajar, explorar a natureza, praticar o ecoturismo, que nada mais é do que o turismo ecológico (Ploner, 2012).

Sendo assim, a prática do ecoturismo e de atividades de aventura tem recebido mais aceitação do público idoso, ao qual já encontra produtos e serviços apropriados as suas necessidades características, o que lhes assegura conforto e segurança na efetivação dessas atividades (Ploner, 2012).

Para a autora, determinadas unidades de conservação vêm ampliando programas para o planejamento de trilhas acessíveis, não somente ao público idoso, como também aos indivíduos com deficiência e restrição de mobilidade, bem como já acontece no caso de praias com acessibilidade para cadeirantes, por exemplo.

3.3 A importância do ecoturismo à qualidade de vida na terceira idade

Tem-se conhecimento de que o turismo para o público da terceira idade é uma enorme oportunidade para o setor, uma vez que atenua o efeito da sazonalidade do mercado, onde se trata de um público que tem tempo livre para viajar independente da época do ano. No posicionamento de Krippendorf (2001), os passeios turísticos servem como uma terapia de combate ao estresse, ao vazio interior, ao enfado e ao esgotamento físico e mental.

O turismo é um relevante fenômeno cultural, pois à medida que se desloca em viagens, o sujeito se introduz em uma realidade dessemelhante da sua, que lhe consente não apenas adquirir conhecimentos ou viver experiências novas, mas incita a percepção e uma nova maneira de expressão que abrange conhecimento, visão sobre o mundo e realização pessoal (Barsano, Barbosa e Gonçalves, 2014, p. 54):

Nesse sentido, o turismo, bem como o lazer, configura-se como uma atividade basilar para o exercício da capacidade física e mental dos idosos, possibilitando bem-estar e suprimindo as suas necessidades e expectativas, conforme as limitações próprias dessa faixa etária.

O turismo, por meio das viagens, pode cumprir um papel fundamental na terceira idade, pois longe de ser uma atividade passiva, de mera contemplação e de imposições de roteiros e horários, constitui um instrumento ativo de conhecimento e participação social. Um fenômeno propiciador de experiências distintas e contrastivas daquelas experimentadas no dia a dia, e pode ser veículo de autoconhecimento, de elevação da autoestima e de realização pessoal (Fromer, 2003, p. 65).

Nessa acepção, de conformidade com Ashton et al. (2015), o turismo apresentou a população idosa como um segmento relevante não somente de estudo, porém de efetividade no que diz respeito à probabilidade concreta de melhora na qualidade de vida. Assim, a importância do turismo para a população da terceira idade foi ressaltada por Souza e Souza:

Os signos do envelhecimento são invertidos e assumem novas designações: nova juventude, idade do lazer. Da mesma forma, invertem-se os signos da aposentadoria, que deixa de ser um momento de descanso e recolhimento para tornar-se um período de atividade e lazer. A terceira idade, então, passa a ser um dos mais importantes mercados para o turismo (Souza e Souza, 2005, p. 305).

No entanto, o alvo não deve ser somente as questões econômicas, porém, sobretudo, a viabilidade de propiciar aos idosos cuidados culturais e psicológicos, agregando-os na sociedade. Pois, é nesse aspecto que o Ecoturismo precisa buscar apreender esse público, porquanto cada vez mais a motivação da pessoa idosa por atividades ligadas à natureza é maior (Dias, 2006).

Com efeito, para o idoso, o turismo pode se transformar em uma extraordinária oportunidade de realização social, cultural, física e emocional. Para tanto, é pertinente verificar que o turista da terceira idade não viaja somente por ter tempo livre. O idoso deseja o lazer, o prazer e realizar sonhos (Fromer; Vieira, 2003). Além disso, praticar o ecoturismo permite ao idoso usufruir das belas paisagens que a natureza proporciona.

Neste sentido, já é possível identificar algumas manifestações que demonstram que as atividades turísticas estão relacionadas a um bem viver diante do envelhecimento que não é só de ordem orgânica e ética, mas estética. Esta última traduzida muito mais no sentido mais no prazer, no desejo do estar junto, no sentimento de pertença aos pequenos grupos do que a própria relação beleza e forma (Ashton et al., 2015, p. 549).

Nesse entendimento, Marinho (2005) esclarece que a prática de atividades em contato com elementos naturais estimulam para formação de novos sentimentos,

sentidos e sensibilidades em vários padrões, já que a relação corpo e natureza exprimem uma possibilidade de reconhecimento do meio ambiente e dos indivíduos envolvidos como a aceitação e o reconhecimento do homem como parte integrante desse meio, ou seja, o ambiente natural.

Tanto o lazer quanto o turismo podem ser relevantes aliados na acepção de expandir a inclusão social das pessoas idosas, contanto que as bases sociais, culturais e políticos aqui concebidos sejam entendidos, respeitados e postos em prática através de estratégias educativas congruentes com esses princípios (Gomes; Pinheiro; Lacerda, 2010, p. 90).

Nesses termos, o ecoturismo ou turismo ecológico tem ganhado intensidade, uma vez que com os dias frenéticos das metrópoles, cada vez mais pessoas buscam áreas de lazer que promovam o contato com a natureza para passar os finais de semana, férias ou usufruir de feriados prolongados. No entanto, apenas existe ecoturismo quando se tem no processo a preocupação de conservar os recursos naturais dos lugares dos quais são desenvolvidos a atividade ecoturística (Brasil, 2008).

De acordo com Brasil (2008), mesmo com as várias conceituações existentes de ecoturismo, o cerne propende a ser sempre a utilização sustentável da natureza em atividades turísticas de lazer. Em virtude disto, destacam-se as peculiaridades de um programa de Ecoturismo, quais sejam: a conservação e sustentabilidade ambiental, econômica e social; educação e interpretação ambiental; mínimo impacto ambiental; e respeito aos limites socioeconômicos e ambientais da localidade.

A importância do Ecoturismo está fundamentada, essencialmente, no seu potencial educacional e na conservação da natureza que oferece. Assevera também que seu caráter educativo está situado na participação responsável dos ecoturistas em contato com a natureza.

Nessa perspectiva, o Ecoturismo compreende várias atividades, todas voltadas ao meio ambiente e sua sustentabilidade, dando relevo à importância da interação dos indivíduos com a natureza, explorando o potencial turístico objetivando a conservação e impedindo impactos negativos sobre ela. Dessa forma, as pessoas deixam de lado a rotina urbana em que vivem para ir à busca de uma rotina diferente, em meio à natureza.

Sendo posto, cabe enfatizar que, dentre as várias atividades de natureza possíveis de serem exercidas, as caminhadas de observação por trilhas

corretamente alojadas no meio da natureza parecem ser as mais adequadas para a interação do público com o ambiente.

Pertinente elucidar que Souza (2006) considera que o turismo, notadamente o ecoturismo, é uma atividade que possibilita a qualidade de vida, o que pode comprova um fluxo maior de pessoas nas faixas etárias mais elevadas, até mesmo na terceira idade.

Com efeito, pois o idoso em contato com a natureza, com o ar puro e atividades de caminhadas reduz em consideráveis proporções o uso de medicamentos e pode ter uma transformação na sua qualidade de vida. Nessa perspectiva, ter um envelhecimento com qualidade de vida não é suficiente tão somente em pensar em mudar, porém tentar superar barreiras à sua frente. Isso quer dizer que, promover o envelhecimento saudável não é meramente fornecer ofertas similares às já existentes, todavia poder originar saúde e qualidade de vida em meio à natureza (Chan, 2015).

No entendimento de Mori e Silva (2010), a familiarização da terceira idade com as atividades de lazer provém da oferta de produtos turísticos das quais levem em consideração às dificuldades e limitações dos usuários, assim como a existência de políticas de inclusão, tanto públicas quanto privadas.

Dentre as atividades que melhor descrevem as limitações acometidas pelos idosos estão: caminhadas ao ar livre, ciclismo, yoga, *Tai Chi Chuan*, dança, e inclusive atividades relacionadas à agricultura. Desse modo, os idosos podem conviver em harmonia, instituindo uma conexão entre si, e não menos importante é a infraestrutura do local onde serão efetivadas as atividades com eles, assim como os promotores de eventos e os guias turísticos (Mori; Silva, 2010).

Desse modo, ressalta-se a importância da promoção de um envelhecimento saudável por meio de práticas voltadas para a saúde e melhoramento da qualidade de vida na terceira idade em face à concretização de atividades físicas na natureza (Chan, 2015).

Pois, de acordo com Mori e Silva (2010), as pessoas na terceira idade estão procurando cada vez mais no ecoturismo práticas e atividades, nomeadamente realizadas ao ar livre, com o escopo de interagir cada vez mais com a natureza e ter, obviamente, melhor qualidade de vida.

4 METODOLOGIA

A metodologia desta pesquisa é fundamentada através de estudo bibliográfico. Assim, no que se referem à pesquisa bibliográfica, os autores Barros e Lehfeld (2000) asseveram que, seja qual for a sua tipologia, o levantamento e seleção de uma bibliografia concernente é um pré-requisito indispensável para a construção e demonstração das características de um objeto de estudo. A busca do conhecimento por meio da bibliografia pertinente consentirá o enriquecimento do embasamento teórico dos pesquisadores.

Dessa forma, para atender aos fundamentos almejados com este trabalho de monografia, foi utilizada uma abordagem exploratória, apresentando como método de pesquisa o levantamento bibliográfico, a partir da compreensão de textos dos quais abordam os conceitos de lazer; desenvolvimento humano e sustentável; qualidade de vida; e o ecoturismo para idosos. Esse estudo abrange ainda o estudo do turismo dentro do contexto do envelhecimento humano, com destaque aos seus benefícios para a saúde e o bem-estar da pessoa idosa.

Cabe ressaltar ainda que, para o levantamento bibliográfico, foram utilizados como base de dados o Google Acadêmico e SciELO, além de livros e revistas, totalizando uma média de 63 arquivos pesquisados.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

De conformidade com a revisão bibliográfica realizada, pode-se observar que a população em geral, e em específico a brasileira, está em completo envelhecimento populacional, dentre outros fatores, isto está acontecendo em consequência à mudança nas taxas de fecundidade, natalidade e mortalidade.

Porquanto, essas mudanças aconteceram em razão da diminuição de fecundidade, por motivo da entrada e crescimento da posição da mulher no mercado de trabalho, uso de contraceptivos e desenvolvimento tecnológicos que previnem e avaliza o tratamento a saúde, tanto estético quanto em relação às doenças.

Para tanto, esses fatores ainda não atingiram a população em sua totalidade, porém em determinada medida todos foram beneficiados com essas inovações no mundo atual, acentuando o processo de envelhecimento populacional, conseqüentemente promovendo uma sociedade mais idosa em grande parte do mundo.

Assim, o ecoturismo para a melhor idade é um estímulo para o lazer, opera como inclusão social do idoso, para ter uma melhor qualidade de vida, habilidades físicas, podendo se refazer de forma espiritual em meio à natureza. O ecoturismo e o lazer para os idosos é um meio de oferecer a este grupo populacional novas expectativas de vida em razão ao conhecimento que disponibiliza.

Posto isto, é imperativo olhar o público da terceira idade de maneira diferente, positiva, reconhecer o que existe de particular nesta faixa etária para entender melhor as aspirações e probabilidades deste grupo social, não esquecendo de que eles têm limitações, entretanto estas não os tornam incapazes, e que a velhice não é sinônimo de dor, muito menos de estagnação no que diz respeito à vida, visto que o fato de se tornar idoso não quer dizer deixam de viver.

Pelo contrário, pois a população de idosos vem auferindo espaço e dando movimento à economia do país, passando a ser uma fonte de mercado bastante significativo. Um dos setores que já apreende esse progresso é o turismo, em razão às condições que a terceira idade proporciona: como renda estável, tempo livre, procura por diversão e outros fatores que colaboram para o desenvolvimento da atividade turística.

Assim sendo, o turismo traz benefícios inumeráveis não apenas para a pessoa, mas também para a sociedade. Portanto, ele tem o poder de mudar

positivamente um indivíduo e, por este motivo, é estabelecido como um direito humano pela Organização Mundial do Turismo (OMT).

Dessa forma, o que foi observado na realização desse trabalho foi que o ecoturismo, ou turismo ecológico, ou ainda o lazer na natureza, proporciona para essa população não só condições de entretenimento, mas também prazer, sentido de liberdade e encantamento pela vida.

A importância do ecoturismo para as pessoas de Terceira Idade são muitas, pois reduz o estresse; promove melhor adesão a medicamentos e tratamentos que os idosos necessitam; melhora o humor dos mesmos; traz o sentimento de pertencimento ao meio social; melhora a saúde emocional; retarda o envelhecimento, onde beneficia a saúde física e mental; impulsiona conhecimentos; permite fazer novas amizades, dentre outros. Ou seja, os benefícios e a importância do ecoturismo para os idosos são, sem sombra de dúvida, inúmeros.

Assim sendo, diante do exposto e a partir do estudo realizado, foi possível observar que o ecoturismo no Brasil, que este nicho turístico está aumentando a cada ano, conseqüente do aumento do público da terceira idade e, sobretudo, pela maior compreensão da importância da atividade física vinculada ao lazer, para que se possa ter uma vida mais saudável e melhor.

Pois, pode-se observar também que há uma realidade paralela a esta, ou seja, cada vez mais a ociosidade e o sedentarismo representam em grandes problemas a serem enfrentados pela sociedade, induzindo o idoso ao isolamento e, por conta disso, a tristeza.

Todavia, para aqueles que almejam viver com mais saúde, vão à busca de alternativas e algumas delas são as atividades de lazer, as viagens, os encontros, o contato com a natureza dentre outras. Seja qual for a faixa etária, as pessoas são incentivadas ao movimento, à aproximação com a natureza e à valorização de hábitos saudáveis, por conseguinte, aprimorando sua qualidade de vida.

Nesse contexto, foi constatado ainda que existe pouca literatura que aborde sobre os efeitos benéficos da atividade ecoturística na saúde, bem-estar e qualidade de vida da população da terceira idade. Comumente, o destaque é no potencial de consumo do idoso. Desse modo, é presumível que o resultado obtido pela realização desse trabalho possa cooperar de certa forma para futuras pesquisas acerca do assunto.

REFERÊNCIAS

- ASHTON, M. S. G. et al. A relação do turismo e da qualidade de vida no processo de envelhecimento. **Revista Hospitalidade**, v. 12, n. 2, p. 547-566, 2015. Disponível em: <https://revhosp.org/hospitalidade/article/view/586/671>. Acesso em: 28 mai. 2024.
- ALCÂNTARA, A. de O. **Envelhecer no contexto rural**: a vida depois do aposento. In: ALCÂNTARA, A. de O.; CAMARANO, A. A.; GIACOMIN, K. C. Política Nacional do Idoso: velhas e novas questões. Rio de Janeiro: Ipea, 2016.
- OLIVEIRA, A. P. **Turismo e desenvolvimento**: planejamento e organização. São Paulo: Atlas, 2000.
- BARBOSA, Alda Monteiro. Subsídios para o planejamento em ecoturismo na região do médio Rio Grande, Minas Gerais, utilizando Geoprocessamento e Sensoriamento Remoto. 2003. 249 f. **Dissertação** (Mestrado em Sensoriamento Remoto) – INPE, São José dos Campos, 2003. Disponível em: <http://mtc-m12.sid.inpe.br/col/sid.inpe.br/jeferson/2003/12.03.10.46/doc/publicacao.pdf>. Acesso em: 06 abr. 2024.
- BARROS, Aidil J. da Silveira e LEHFELD, Neide A. de Souza. **Fundamentos de metodologia científica**: um guia para a iniciação científica. São Paulo: Makron Books, 2000.
- BARSANO, Paulo Roberto; BARBOSA, Rildo Pereira; GONÇALVES, Emanoela **Evolução e envelhecimento humano**. São Paulo: Érica, 2014.
- BELTRÃO, K. I., CAMARANO, A. A., KANSO, S. **Dinâmica populacional brasileira na virada do século XX**. Rio de Janeiro: IPEA, ago. 2004.
- BEZERRA, Givaldo Santos. **Os fundamentos teóricos**: conceituais do ecoturismo. Disponível em: <http://observatoriogeograficoamericalatina.org.mx/egal12/Teoriaymetodo/Conceptuales/22.pdf>. Acesso em: 13 mai. 2024.
- BIRMAN, J. **Terceira idade, subjetivação e biopolítica**. **História, Ciências, Saúde -Manguinhos**, Rio de Janeiro, v. 22, n. 4, p. 1267-1282, dez. 2015.
- BOAS, Marco Antonio Vilas. **Estatuto do idoso comentado**. São Paulo: Forense, 2007.
- BORGES, M. C. M. **Políticas públicas e sociais no Brasil**. Em Simson, O. R. M. V., & Neri, A. L., & Cachioni, M. (Org) As múltiplas faces da velhice no Brasil. Campinas, SP: Papirus, 2003.
- BRASIL. Ministério do Turismo. **Ecoturismo**: orientações básicas. 2. ed. Brasília: Ministério do Turismo, 2010.

_____. **Estatuto do idoso.** 2003. Disponível em: <http://www.assistenciasocial.al.gov.br/legislacao/legislacaofederal/est.%20de%20idoso.pdf>. Acesso em: 12 de abr. 2024.

_____. Ministério do Turismo. **Ecoturismo:** Orientações básicas. Ministério do Turismo, Secretaria Nacional de Políticas de Turismo, Departamento de Estruturação, Articulação e Ordenamento Turístico, Coordenação Geral de Segmentação. Brasília-DF: Ministério do Turismo, 2008.

CAMARANO, A. A.; PASINATO, M. T. **O envelhecimento populacional na agenda das políticas públicas.** In: CAMARANO, A. A. (Org.). Os novos idosos brasileiros: muito além dos 60? Rio de Janeiro: Ipea, 2004.

CHAN, Margaret. Diretora geral (OMS) - **Relatório Mundial de Envelhecimento e Saúde.** 2015.

CORREA, M. R. **Cartografias do envelhecimento na contemporaneidade:** velhice e terceira idade. São Paulo: Cultura Acadêmica, 2009.

DIAS, Reinaldo. **Turismo sustentável e meio ambiente.** São Paulo: Atlas, 2003.

DIAS, V.K. **A participação de idosos em atividades de aventura na natureza no âmbito do lazer:** valores e significados. Rio Claro-SP: 2006. Disponível em: http://www.afriid.fae.fi.ufu.br/producoes_cientificas/artigo-61/completo.pdf. Acesso em: 25 mai. 2024.

IBGE - INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua (PNAD):** características dos moradores e domicílios. IBGE, 2018. Disponível em: http://www.ibge.gov.br/home/presidencia/noticias/25072010pidoso.shtm#sub_pesquisas. Acesso em: 12 de abr. 2024.

_____. INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. Rio de Janeiro, 2010. Disponível em: http://www.ibge.gov.br/home/presidencia/noticias/25072010pidoso.shtm#sub_pesquisas. Acesso em: 12 de abr. 2024.

FALCÃO, Carlos Henrique Porto. et al. Turismo social. In: BARROS JÚNIOR, Juarez Correia (Org). **Empreendedorismo, trabalho e qualidade de vida na terceira idade.** São Paulo: Edicon, 2012.

FENNELL, David A. **Ecoturismo.** São Paulo: Contexto, 2002.

FIGURELLI, A.H.; PORTO, I. A relação entre turismo e educação ambiental e suas contribuições na luta por um mundo mais justo e preservado. **Revista Eletrônica do Mestrado em Educação Ambiental**, v. 20, jan./jun. 2008. Disponível em: <http://www.remea.furg.br/edicoes/vol20/art28v20.pdf>. Acesso em: 13 mai. 2024.

FROMER, B. **Turismo e terceira idade.** São Paulo: Aleph, 2003.

FROMER, B.; VIEIRA, D. D. **Turismo e Terceira Idade**. Coleção ABC do Turismo. 2. ed. São Paulo: Aleph, 2003.

GONÇALVES, A.; VILARTA, R. **Qualidade de vida e atividade física: explorando teorias e práticas**. Barueri, SP: Manole, 2004.

HOUAISS, Antônio. **Dicionário Houaiss da Língua Portuguesa**. Rio de Janeiro: Objetiva, 2001.

HINTZE, H. **Guia de turismo: formação e perfil profissional**. São Paulo: Roca, 2007.

HINTZE, H.C. Ecoturismo na cultura de consumo: possibilidade de educação ambiental ou espetáculo? 2008. 137 p. **Dissertação** (Mestrado em Ecologia Aplicada) - Escola Superior de Agricultura "Luiz de Queiroz", Centro de Energia Nuclear na Agricultura, Universidade de São Paulo, Piracicaba, 2008. Disponível em: https://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/91/91131/tde-18042013-164116/publico/Renato_Bacchi_versao_revisada.pdf. Acesso em: 12 de abr. 2024.

HORN, V. Q. A Imagem da velhice na contemporaneidade. 2013. 37 f. **Monografia** (Graduação em Psicologia) - Universidade Regional do Noroeste do Estado do Rio Grande do Sul, Unijuí, 2013. Disponível em: <https://pt.scribd.com/document/338892137/A-Imagem-DaVelhice-Na-Contemporaneidade>. Acesso em: 06 abr. 2024.

GOMES, Christianne; PINHEIRO, Marcos; LACERDA, Leonardo. **Lazer, turismo e inclusão social: intervenção com idosos**. Belo Horizonte: UFMG, 2010.

KRIPPENDORF, Jost. **Sociologia do Turismo: para uma nova compreensão do lazer e das viagens**. São Paulo: Aleph, 2001.

LOPES, A. Dependência, contratos sociais, e qualidade de vida na velhice. In: Simson, O. R. M. V., & Neri, A. L., & Cachioni, M. (Org). **As múltiplas faces da velhice no Brasil**. Campinas, SP: Papyrus, 2003.

MARINHO, Alcyane. Atividades na natureza, lazer e educação ambiental: refletindo sobre algumas possibilidades. **Motrivivência: Revista de educação física, esporte e lazer**, Florianópolis: UFSC, ano 16, n. 22, p. 47-70, jun. 2004. Disponível em: <https://periodicos.ufsc.br/index.php/motrivivencia/article/view/1184>. Acesso em: 13 mai. 2024

MENDONÇA, R. **Conservar e criar: natureza, cultura e complexidade**. São Paulo: SENAC, 2005.

MORI, G.; SILVA, L. F. **Lazer na terceira idade: desenvolvimento humano e qualidade de vida**. Revista Motriz, v. 16, n. 4, p. 950-957, 2010.

MOURÃO, R.M.F. Ecoturismo. In: _____. (org.). **Manual de melhores práticas para o ecoturismo/ turismo sustentável**. Rio de Janeiro: FUNBIO; Instituto ECOBRASIL, Programa MPE, 2004. p. 16–27.

NEIMAN, Zysman (Org). **Meio ambiente, educação e ecoturismo**. Barueri: Manole, 2002.

NERI, A. L. **Qualidade de vida na velhice e subjetividade**. In A. L. Neri (Org), Qualidade de vida na velhice: enfoque multidisciplinar. Campinas: Alínea, 2007.

OMT - ORGANIZAÇÃO MUNDIAL DE TURISMO. **Guia de desenvolvimento do turismo sustentável Porto Alegre**: Bookman, 2003.

PANOSSO NETTO, Alexandre. **O que é turismo**. São Paulo: Brasiliense, 2010.

PAZ, S. F.; GOLDMAN, S. N. Estatuto do idoso. In: FREITAS, E. V. de et al. **Tratado de geriatria e gerontologia**. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 2006.

PEDRINI, A.G. Em busca da educação ambiental no (eco)turismo brasileiro: um ensaio. In: Encontro interdisciplinar de ecoturismo em unidades de conservação. Rio de Janeiro. **Anais...** Rio de Janeiro, 2005.

PESSÔA, E. M. Assistência social ao idoso enquanto direito de proteção social em municípios do Rio Grande do Sul. 2010. 245 f. **Tese** (Doutorado em Serviço Social) - Pontifícia Universidade Católica, Porto Alegre, 2010. Disponível em: <https://tede2.pucrs.br/tede2/bitstream/tede/460/1/422454.pdf>. Acesso em: 10 abr. 2024.

PLONER, Katia S. Educação para uma práxis solidária e um envelhecimento ativo. In: RUSCHMANN, Doris. V. D. M.; SOLHA, Karina. T. (org.). **Turismo e lazer para pessoa idosa**. Barueri, São Paulo: Manole Ltda, v. 1, 2012. p.3-24.

RAMOS, L.M.J.; OLIVEIRA, S.F. Educação ambiental para o ecoturismo nas unidades de conservação: um nexu ontológico. **Revista eletrônica do mestrado em educação ambiental**, v. 20, jan./jun. 2008. Disponível em: <http://www.remea.furg.br/edicoes/vol20/art8v20.pdf>. Acesso em: 15 mai. 2024.

RODRIGUES, A. B. **Turismo e ambiente**: reflexões e propostas. São Paulo: Hucitec. 2000.

RODRIGUES, L. de S.; SOARES, G. A. Velho, Idoso e Terceira Idade na Sociedade Contemporânea. **Revista Ágora**, Espírito Santo, n. 4. 2006. Disponível em: <http://www.ufes.br/ppghis/agora/>. Acesso em: 12 de abr. 2024.

SALVATI, S.S. Planejamento do Ecoturismo. In: MITRAUD, S (org). **Manual de Ecoturismo de Base Comunitária**: Ferramentas para um planejamento responsável. Brasília: WWF, 2003.

SASSAKI, Romeu. K. **Inclusão no Lazer e Turismo em busca da qualidade de vida**. São Paulo: Áurea, 2003.

SCHERER, L.; PESSÔA, A.S.; LANZER, R. M. Turismo em Áreas Naturais: um Estudo de Caso no Município de Canela (RS). 2012. **Anais do VII Seminário de Pesquisa em Turismo do Mercosul**: Turismo e Paisagem: relação complexa. Caxias do Sul, 2012.

SESC. **O século da Terceira idade**. São Paulo: SESC, 2003.

SIQUEIRA, R. L.; BOTELHO, M. I. V.; COELHO, F. M. G. A velhice: algumas considerações teóricas e conceituais. **Ciência e Saúde Coletiva**, Rio de Janeiro, v. 7, n. 4, p. 899-906, 2002. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/%0D/csc/v9n2/20396.pdf>. Acesso em: 10 abr. 2024.

SILVA, L. R. F. **Da velhice à terceira idade**: o percurso histórico das identidades atreladas ao processo de envelhecimento. História, Ciências, Saúde-Manguinhos, Rio de Janeiro, v. 15, n. 1, p. 155-168, mar. 2008.

SOUZA, Tatiana Roberta de. Lazer, turismo e políticas públicas para a terceira idade. **Revista Científica Eletrônica de Turismo**, São Paulo, v. 3, p. 1-6, 2006.

SOUZA, Heloisa Maria Rodrigues; SOUZA, Romeu Rodrigues de. Terceira idade e Turismo. In: TRIGO, Luiz Gonzaga Godoi (Ed.). **Análises regionais e globais do turismo brasileiro**. São Paulo: Roca, p. 301-311, 2005.

SPIRDUSO, Waneen W. Dimensões físicas do envelhecimento/ tradução: Paula Bernardi, **Revisão Científica Cássio Mascarenhas Robert Pires**. Barueri, SP: Manole, 2005.

VECCHIA, Roberta Dalla et al . Qualidade de vida na terceira idade: um conceito subjetivo. **Revista Brasileira de Epidemiologia**. São Paulo , v. 8, n. 3, p. 246-252, Sept. 2005.

VERAS, R. P. Atenção preventiva ao idoso: uma abordagem de saúde coletiva. In: Netto, M. P. (Org.) **Gerontologia: A Velhice e o Envelhecimento em Visão Globalizada**. São Paulo: Atheneu, 2002.

VERAS, P.; CALDAS, C. P. Promovendo a saúde e a cidadania do idoso: o movimento das universidades da terceira idade. **Ciências e Saúde coletiva**, v. 9, n. 2, p. 423-432. 2004. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/%0D/csc/v9n2/20396.pdf>. Acesso em: 10 abr. 2024.

VITORINO, M.R. Lazer em áreas naturais. Lavras:UFLA/FAEPE, 2000. 39 p.

WHOQOL-OLD. **Instrumento de avaliação de qualidade de vida da Organização Mundial de Saúde**. 2007. Disponível em: <http://www.ufrgs.br/psiq/whoqolold.html>. Acesso em: 20 mai. 2024.